

Circuitos Europa/África/América em tempos e histórias silenciadas

Europe / Africa / America circuits in silenced times and stories

ELIAS ALFAMA VAZ MONIZ

RESUMO

Neste artigo desenvolvemos análises sobre processos que desembocaram na formação da diáspora africana, no dealbar da modernidade, definindo como espaço de referência, em termos históricos, o arquipélago de Cabo Verde que, por um período de oitenta e cinco anos, recebeu e fecundou as sementes da diáspora africana no período moderno, ao ser transformado em receptáculo e usina de “domesticação” de homens e mulheres escravizados, para ulterior exportação para as Américas. Trata-se de uma análise histórico-cultural sobre uma das problemáticas mais relevantes para a compreensão da modernidade e de processos relacionais entre a África, Europa e América, quer no quadro do encontro de povos e culturas, a partir dos meados do século XV, quer em termos da trajetória da própria África, no quadro das transformações políticas, sociais e culturais que sofreu no período pós século XV. Neste âmbito, a perspectiva histórica que aqui se apresenta busca lançar olhares outros sobre processos relacionais despoletados a partir do século XV, com base em tradições historiográficas e epistemologias de conhecimento diferenciadas, buscando encontrar os fios de uma história cruzada de povos de diferentes origens.

Palavras-chave: Diáspora, África, Cultura.

ABSTRACT

The present study focuses on the processes that triggered the formation of the African Diaspora, at the dawn of modernity, defining a space of reference, in historical terms, the archipelago of Cape Verde, which, for a period of eighty-five years, received and fertilized seeds of modern African Diaspora, to be transformed into both receptacle and factory for the "domestication" of enslaved men and women, for further export to the Americas. This is a historical-cultural analysis of one of the most relevant issues for the understanding of modernity and relational processes between Africa, Europe and America, both in the framework of the meeting of peoples and cultures, from the mid-fifteenth century, and also in terms of the trajectory of Africa itself, in the context of political, social and cultural transformations in the period after the fifteenth century. In this context, what is at stake here is the possibility of launching other looks over relational processes triggered from the fifteenth century, based on historiographical traditions and epistemologies of differentiated knowledge, seeking to find the threads of a cross history of people from different backgrounds.

Keywords: Diaspora, Africa, Culture.

INTRODUÇÃO

O presente artigo é parte integrante de um estudo que enfoca a história da diáspora africana na modernidade, definindo como espaço de referência, em termos históricos, o arquipélago de Cabo Verde, que recebeu e fecundou as sementes da diáspora africana no período moderno. Nele desenvolvemos uma breve discussão sobre a categoria diáspora, radiografamos a historiografia relativa à diáspora africana, desvelando lacunas que nos levam a constatar que há vácuos na historiografia africana que precisam ser preenchidos: um deles é o relativo à ausência de Cabo Verde. Fazemos, antes, um percurso pela historiografia que dá conta de dinâmicas populacionais nas últimas décadas que antecedem a descoberta de Cabo Verde, e que evidencia a relevância do arquipélago nos processos relacionais que se desenvolvem depois da segunda metade do século XV.

Ao tomar contato com a produção historiográfica sobre a diáspora africana surpreendemos fortes presenças de grupos culturais que, antes de chegarem às Américas, vivenciaram outras experiências aqui no arquipélago, que, no entanto, têm passado despercebidas para aqueles que têm se debruçado sobre a história da África. Essa desatenção tem caracterizado a produção historiográfica relativa ao período que marca o início da formação da diáspora africana na modernidade.

Este estudo é uma espécie de acerto com o passado na medida em que revitaliza tais momentos, que marcaram profundamente a construção do mundo ocidental. Desta forma, o resgate destas memórias poderá constituir-se no grande logro deste estudo porque possibilitará recolocar em outras bases o papel que o arquipélago de Cabo Verde desempenhou no processo de formação da diáspora africana ao acolher, no seu seio, povos de diversas paragens, com distintas experiências de vida, com modos de ser e estar no mundo diferenciados, que ao se encontrarem aqui nas ilhas deram início a um processo de caldeamento, com outros desdobramentos nas Américas, que, como é sabido, resultou naquilo que hoje é conhecido pela diáspora africana.

Portanto, o que estamos a propor com este estudo é uma mudança de foco nos estudos diaspóricos — pelo menos para aqueles que se propõem a fazer a história da diáspora negra moderno-contemporânea —, que devem tomar Cabo Verde como o ponto nodal para o despoletar do processo. Um conjunto de sinais, gravados em ritmos, sons, signos e sabores das comunidades diaspóricas das Américas, sustenta essa tese.

Assim, este estudo busca combater uma certa negligência da historiografia africana no que tange ao papel desempenhado por Cabo Verde nos processos relacionais despoletados nos meados do século XV. Para tal, realça a forte presença cultural de grupos sociais da costa ocidental da África que - antes de serem impelidos a participar no processo de formação das diásporas africanas na América - passaram por um processo de “*depuración*” aqui no arquipélago.

Se admitirmos que parte considerável dos africanos, particularmente os da costa ocidental, já chegavam às Américas minimamente experimentados em processos de criouliização, então importa indagar por que é que os investigadores têm demonstrado pouco ou nenhum interesse em compreender as raízes dessas tradições; por que é que Cabo Verde, que por um largo período foi o ponto nodal para o tráfico no atlântico, é remetido para este silêncio sepulcral no campo da história?

A reflexão em torno de questões culturais em Cabo Verde, no período em debate, possibilita a apreensão de raízes que se espriam pelo atlântico sul, estando na origem da formação de comunidades diaspóricas pelas Américas - do Sul, do Centro e do Norte - e, mais contemporaneamente, pela Europa, particularmente a do ocidente. A partir de discussões em torno do processo de povoamento das ilhas de Cabo Verde, em que virão à superfície dificuldades encontradas quer pelos colonizadores — que pretenderam implementar aqui no arquipélago práticas vivenciadas em suas próprias terras —, quer pelos funcionários régios — que, atraídos por alguns privilégios, embarcaram na aventura atlântica empreendida por Portugal

— e pelos africanos — trazidos à revelia de suas vontades e projetos de vida, que não previam deslocamentos daquela natureza — tentaremos evidenciar os modos como foram se forjando, aqui nas ilhas, as várias diásporas negras, espalhadas pelo mundo.

SOBRE A DIÁSPORA

Antes de aprofundar análises sobre processos relacionais, entre brancos e negros, iniciados no Arquipélago de Cabo Verde que, acreditamos, levaram à formação da diáspora negra nos tempos modernos, impõe-se fazer uma breve referência à expressão diáspora. Importa sublinhar que neste estudo, no que se refere ao conceito de diáspora, não consideramos relevante adentrar em discussões filosóficas, antropológicas ou mesmo sociológicas do termo. O que nos interessa é, pelo menos nesta fase, fazer uma historicidade do termo que nos permite sustentar e explicar a nossa proposta de trabalho, que é desnudar as raízes da diáspora negra moderno/contemporânea. Daí a nossa preocupação com a evolução histórica do processo e o descurar de outras dimensões que o termo comporta¹.

O termo resulta do grego antigo — dispersão — e pode ser entendido por deslocamento, quase sempre à revelia, e em alguns poucos casos — como o que aconteceu com pequeno grupo de brancos europeus que se deslocaram para o arquipélago de Cabo Verde — incentivado de grandes massas populacionais originárias de uma zona determinada para várias áreas de acolhimento. A expressão diáspora é, com frequência, usada para fazer referência à dispersão do povo hebreu no mundo antigo, a partir do exílio na Babilónia no século VI a.C. e, especialmente, depois da destruição de Jerusalém em 135 d.C.

Em termos gerais, diáspora pode significar a dispersão de qualquer povo ou grupo étnico pelo mundo. O termo transporta em sua essência “a promessa do retorno redentor” (HALL, 2003, p. 28) à terra de origem de um povo ou grupo étnico que se viu forçado, por circunstâncias que escapam ao seu controle, a romper a relação espacial e geográfica com as suas raízes. Relação que de alguma forma será perpetuada do ponto de vista cultural e/ou simbólico. A expressão foi originalmente cunhada para fazer menção à migração e colonização, por parte dos gregos, de diversos locais ao longo da Ásia Menor e Mediterrâneo, entre os séculos VIII e VI a.C.

¹ Sobre o conceito de diáspora, em suas múltiplas dimensões, existe uma vasta e rica produção bibliográfica de onde sobressaem, a título de exemplo, estudos realizados por autores de nomeada como Stuart Hall, Paul Gilroy, James Clifford, Zygmunt Bauman, etc.

Em termos específicos e, particularmente, no que toca à diáspora africana - entendida como processos histórico-sociais que ocorreram em regiões distantes da África envolvendo africanos, impelidos à imigração para fins escravocratas e mercantis que vigoraram da Idade Moderna ao final do século XIX -, podemos falar em deslocamentos compulsivos de grupos humanos do interior para a costa, num primeiro momento, e, posteriormente, desta para as ilhas atlânticas, sobretudo o arquipélago de Cabo Verde, de onde, após um devastador processo de desmoralização e desenraizamento, eram espalhados para as diferentes Américas.

Começando pela do sul, espreado-se pelas central e do norte, diferentes grupos étnicos africanos escravizados foram recuperando suas raízes, pretensamente quebradas nos meados dos quinhentos, recriando suas culturas, legando aos seus descendentes bases identitárias em cima das quais pudessem perenizar a África, mesmo em contextos adversos a tradições africanas.

No entanto, devemos ressaltar que nem as práticas escravistas em África e muito menos as experiências diaspóricas dos africanos começaram propriamente com o descobrimento do arquipélago, quando se despoleta um conjunto de processos relacionais envolvendo africanos e europeus. O que queremos evidenciar é que o momento em que europeus e africanos se encontram aqui no arquipélago constitui um divisor de águas nos processos relacionais entre esses grupos humanos, com efeitos sem precedentes na história da humanidade.

Em relação às experiências diaspóricas e relativamente às dos africanos, estudos sobre a África levados a cabo por pesquisadores de nomeada como Joseph Kizerbo ou Elikia M'Bokolo ou ainda dados constantes nos anais da História da África, de um modo geral, evidenciam que, de fato, estes povos já tinham uma vasta experiência de diáspora quer em encontros com povos do médio oriente e quer com povos do extremo-oriental. O mesmo se pode dizer no tangente a práticas escravistas, a partir do que vem expresso em estudos realizados por autores como os atrás referenciados e outros que tiveram a África como objeto de estudo.

Relativamente a práticas escravistas em África, no período que antecede à entrada em cena dos europeus neste continente, séculos VII a XV, Elikia M'Bokolo (2009), em *África Negra: história e civilizações*, reflete sobre aquilo que designou de falsas evidências do senso comum, numa tentativa clara de higienizar a história da África e começar a analisá-la sem preconceitos redutores ou paternalismos piegas, que, cada um a seu modo, podem inviabilizar a revelação de verdades históricas.

É nesta base que, ao mesmo tempo em que busca mostrar que os processos relacionais desenvolvidos entre povos árabes e povos africanos foram sustentados em princípios que não desumanizavam o africano em toda a sua amplitude, aliás, prática comum em experiências

escravistas de então — por onde vigoravam —, contraria aquela visão paternalista, que quer perpassar uma relação amistosa, pacífica entre povos árabes, “conquistadores”, e povos africanos, “conquistados”.

Ao mesmo tempo que produziam escravos de maneira maciça, as conquistas árabes e a expansão do Islã provocaram consequências decisivas no desenvolvimento do tráfico e da escravatura dos negros. Por um lado, a escravatura achou-se bruscamente legitimada, já que qualquer idólatra capturado numa guerra santa estava votado à escravatura. Semelhantes disposições tiveram por consequência conferir a todas as guerras e às simples expedições o estatuto de *jihad* e de multiplicar as ocasiões de capturar escravos (...) Ainda no século XVI o sábio negro de Tumbuctu Ahmed Baba (1556-1627) teve o cuidado, ao mesmo tempo em que condenava com determinação a dominação dos escravos negros muçulmanos, de lembrar que a escravatura era legítima no Islã desde que se tivesse o cuidado de respeitar algumas condições: era necessária uma guerra santa contra os idólatras; os prisioneiros capturados nestas circunstâncias eram reduzidos à escravatura, não podiam reivindicar a liberdade, mesmo constante e a partir de agora legítima em escravos, a escravatura tornou-se cada vez mais, com o tempo, a condição específica e exclusiva dos africanos negros (M'BOKOLO, 2009, p. 215).

A passagem acima evidencia com clareza os tais princípios por que deviam pautar as relações entre árabes e negros. Mas denuncia também indícios de tentações dominadoras que põem por terra aquela ideia das tais relações harmoniosas entre os povos atrás referenciados. Inúmeros são os exemplos trazidos por este autor que alavancam a ideia de que, efetivamente, as experiências escravistas perpetradas por árabes e europeus situam-se em bases muito diferentes. Sem fazer apologia a qualquer uma das experiências escravistas – europeia ou árabe -, o autor reúne exemplos de vivências de africanos que, mesmo em situação de escravização, conseguem uma ascensão social notável. Cita o caso dos escravos eunucos que

nos lugares santos podiam dedicar-se ao comércio, e grande número deles reunia fortunas apreciáveis graças aos donativos dos fiéis e dos peregrinos. Quanto aos eunucos associados aos palácios, vemo-los aparecer em quantidade nos fins do século IX e princípios do século X sob o califa Al-Amim, que teria sido o primeiro a rodear-se deles de maneira permanente fazendo-os participar na gestão dos negócios públicos (M'BOKOLO, 2009, p. 226).

Em a História da África Negra I, de Joseph Ki-Zerbo (1972), também abundam exemplos de como as relações árabo-africanas, mesmo sendo relações desajustadas e desequilibradas, porque de escravização em muitas circunstâncias, se pautaram por princípios de humanidade, em

que o africano, mesmo em situação de subjugação, acalentava legítimas aspirações a uma ascensão social; ou ainda, numa perspectiva macro, exemplos de como as ações de povos árabes beneficiaram povos africanos, legando-lhes grandes heranças, nomeadamente no campo da religião, da língua e da própria cultura, como evidencia a passagem abaixo:

(...) A expansão hillaliana do século XI não deve, no entanto, ser considerada como uma invasão niilista e desertificante (...) Deve evitar-se dramatizar demasiado este acontecimento. Em primeiro lugar, porque um dos efeitos do avanço hillaliano foi contribuir para divulgar o Islão. Em seguida, porque é falso opor, num antagonismo brutal, nómadas e sedentários, demasiado depressa, identificados, respectivamente, com os Árabes e os Berberes. Enfim, porque intervieram, por sua vez, outras tribos árabes muito diferentes das de Beni Hillal. (...) O sucesso da conquista arábico-islâmica constitui, de qualquer maneira, um fenómeno histórico de primeira importância para os três continentes (Ásia, África e Europa), na junção dos quais se desenvolveu. Na verdade, na costa oriental e através do Sahara, os arábico-berberes vão-se entregar a um tráfico de escravos negros, sempre a aumentar até ao século XIX. No entanto, deram à África Negra uma das suas principais religiões e transformaram sectores inteiros da sua paisagem sociocultural (KI-ZERBO, 1972, p. 130-131).

ARQUEOLOGIA DA DIÁSPORA NEGRA

Os anais da história dão conta de um vasto e requintado leque de estudos referentes à diáspora negra, boa parte deles levados a cabo por afro-americanos ou, quando realizados por estudiosos de outras origens, publicados em revistas por eles criadas. W.E.B. Du Bois é um dos pioneiros em pesquisas neste campo com a publicação da obra “*The Suppression of the Slave Trade to the United States*” em 1896, o primeiro volume da série Harvard Historical Studies.

Mais tarde, em 1916, Carter G. Woodson, fundador do *Journal of Negro History*, organizou o primeiro fórum sobre a história dos africanos e seus descendentes. Woodson desdobrou-se em articulações, arregimentando apoios para publicar e promover as experiências africanas e afro-americanas nas Américas do século XVI ao século XX. Até 1979, ano da fundação do *Slavery and Abolition*, o *Journal of Negro History* foi o único periódico acadêmico que se dedicava inteiramente à pesquisa sobre a diáspora africana. Difundia pesquisas que davam conta da situação social,

política e econômica² das populações descendentes de africanos nas Américas. Tais iniciativas ganharam fortes impulsos ainda nos anos vinte do século passado quando a Universidade de Howard decidiu ministrar cursos sobre o negro nas civilizações antigas e o negro na civilização moderna, contribuindo para a institucionalização deste campo de estudos africanos quando o Departamento de História da Universidade de Howard começou a ensinar a História do Negro e, a partir de 1900, a História Africana. Contudo, esse pioneirismo em estimular estudos neste domínio deu pouca ou nenhuma visibilidade à Universidade de Howard³ — que centrou-se mais na experiência americana —, pois, os impulsos iniciais por ela despoletados não tiveram impactos significativos nas orientações de pesquisas e paradigmas teóricos que balizariam, mais tarde, o campo de estudos da diáspora africana.

As gerações de acadêmicos que se seguiram, particularmente a que lhe vem logo a seguir, laborando em outros campos de conhecimento, de nacionalidades e etnias diversas, influenciaram significativamente a produção historiográfica neste campo, pois, exerceram um importante papel na reformulação de conceitos e questões que, posteriormente, pautariam os escritos sobre a história da diáspora africana. A produção dessa geração começa a despontar entre os anos 30 e 50 do século passado. Ganham relevo, nesse grupo de acadêmicos, estudos levados a cabo por, entre outros, Nina Rodrigues (1945), Arthur Ramos (1940), Manuel Querino (1932), Edison Carneiro (1986) e Roger Bastide (1978), que deram ênfase à cultura afro-brasileira.

Já autores como Fernando Ortiz (1973), Jean Price-Mars (1938), Martha Beckwith (1929), Melville Herskovits (1937), Rómulo Lacheteñere (1938), Gonzalo Aguirre Beltrán (1946), Lorenzo Turner (1973) e Maya Deren (1953), dedicaram especial atenção às culturas de comunidades descendentes de africanos nas regiões das Américas hispânica, inglesa e francesa. Tais estudos, entretanto, revelaram-se frágeis, pois, a grande maioria dos pesquisadores que os empreenderam ou eram etnógrafos ou eram antropólogos, salvo Herskovits, e tinham pouco ou

²É uma publicação trimestral da Howard University fundada em 1932. Tinha como propósitos: identificar e definir os problemas que caracterizam a educação de pessoas negras nos Estados Unidos e em outras paragens e funcionar como um canal de difusão de pesquisas sobre os negros. Autores como Bond (1939), Du Bois (1935), Frazier (1940) utilizaram-se deste jornal para publicarem estudos que recobriram várias dimensões do cotidiano dos afro-americanos, das práticas religiosas, passando pela música, à inserção política e econômica dos negros na América.

³ Vários foram os autores que publicaram trabalhos recobrando temáticas sobre os homens negros e a África com a chancela do Departamento de História da Universidade de Howard. Seguem alguns exemplos: PENNINGTON (1841); LEWIS (1844); HOLL (1855); WILLIAM (1855); BROWN (1863). SCHOMBURG (1913). Para mais detalhes, cf. <http://www.howard.edu/explore/history-dept.htm>.

nenhum conhecimento de história africana, de um modo geral, e de história do tráfico de escravos africanos, em particular.

Estudos iniciados nos anos 60 do século passado, atravessando os anos 70 e 80, sinalizaram para a forte presença de centro-africanos no comércio escravo. Philip Curtin, com “*The Atlantic Slave Trade: a census*” deu o mote, revelando dados que apontam para o número de africanos encaminhados para as Américas. Na esteira de Curtin, estudos desta natureza desenvolvidos neste período continuaram a realçar a dimensão econômica do tráfico. Neles sobressaem a organização econômica do tráfico, padrões de investimento e lucro, a demografia escrava, mortalidade e impacto econômico do comércio na África, Europa e Américas. São também deste período estudos recobrando dimensões organizativas e administrativas das fazendas, enfatizando a história econômica em detrimento da história cultural, dimensão pouco explorada ainda neste domínio de estudos.

A tônica na demografia do comércio de escravos adentrou os anos 1990, destacando-se, entre outros, os estudos desenvolvidos por David Eltis, Herberrrt Klein Paul Lovejoy, que reuniu pesquisadores em torno do seu projeto sobre o Comércio de Escravos do Interior da Nigéria e, mais contemporaneamente, o projeto sobre o Comércio Escravo amparado pela Unesco. Não obstante o valioso contributo destas pesquisas, que trouxeram esta temática para o centro dos debates acadêmicos, a preocupação excessiva com a dimensão econômica do tráfico fez com que as dimensões política e cultural deste fenômeno ocupassem um lugar marginal no âmbito destes estudos, negligenciando temáticas como a resistência, a contestação e a criouliização.

Daí o silêncio em torno das transformações das crenças africanas e práticas culturais nas Américas nos estudos que emergiram ao longo de boa parte do século vinte, que, aliás, dedicaram pouca atenção às questões culturais e políticas. Dos estudos que se viraram para as dimensões políticas e culturais, sobressaem temáticas relativas aos africanos que retornaram à África, estudos regionais e antologias da continuidade cultural africana no mundo Atlântico, elementos africanos nas religiões da diáspora, conceitos de criouliização, afro-americanos no período anterior à guerra civil no sul dos Estados Unidos, comunidades quilombolas africanas, etc. Pesquisas deste período relativas às culturas escravas privilegiavam fontes americanas – particularmente da América do Norte, muitas das quais originárias de registros do *Works Project Administration* (WPA).

A década de 90 do século passado constitui o divisor de águas nas pesquisas no domínio da diáspora negra. Os estudos iniciados neste período dão maior ênfase à cultura, indiciando profundas mudanças, com o deslocamento do foco do comércio de escravos e estudos do universo agrícola para privilegiar áreas como religião, arqueologia, antropologia, política,

linguística comparativa, música e as tradições da arte performática, que são os legados das comunidades afro-diaspóricas na África e nas Américas⁴.

Destes estudos emergem as noções de um “sistema do Atlântico Sul” (CURTIN, 1990), a ideia do “Atlântico Negro”, realçando as contribuições afro-americanas no desenvolvimento do mundo industrial moderno e o surgimento de teorias associadas à ocidentalização e modernidade⁵. Não obstante, todos eles continuam a dar um tratamento marginal à África. Quando a ela se referem, tais estudos invocam o papel desempenhado pelos escravizados africanos na criação e desenvolvimento de culturas afro-diaspóricas nas Américas. Os que enfatizam as manifestações de ideologia política africana e as instituições culturais na formação do “mundo Atlântico” desnudam as conexões existentes entre eventos envolvendo africanos escravizados e seus descendentes nas Américas com determinados grupos étnicos e acontecimentos na África⁶.

Noutros estudos, como os desenvolvidos por Gomez (1998) — escudados nos trabalhos de Sterling Stuckey — em que vem à tona a forma como os africanos desterritorializados ganham uma nova territorialidade, transformando-se em afro-americanos, evidenciam-se as formas como várias dinâmicas culturais se incorporaram, condicionando a formação identitária e as tradições culturais entre as populações afro-diaspóricas nas Américas e na África. O mesmo entendimento subjaz da acurada análise de J. Lorand Matory aos processos de transculturalização ocorridos no Brasil e na África Ocidental. Matory sustenta que os agentes que percorriam o Atlântico Negro, comerciantes e padres, contribuíram significativamente para o processo de construção de identidades nacionais tanto na África quanto no Brasil. Focalizando os seus estudos nos afro-

⁴ Neste período destacam-se estudos desenvolvidos por autores como, Michael Mullin com “*Africa in America: Slave Acculturation and Resistance in the American South and the British Caribbean, 1736-1831*”; Gwendolyn Midlow-Hall com “*Africans in Colonial Louisiana: The Development of Afro-Creole Culture in the Eighteenth Century*”; Luiz Mott com “Rosa egípcia: uma santa africana no Brasil”; João José Reis e Flávio dos Santos Gomes com “Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil”; Robert Slenes com “Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava no Brasil Sudeste, século XIX”; Maureen Warner-Lewis com “*Trinidad Yoruba: From Mother Tongue to Memory*”; Jay Haviser com “*African Archaeological Sites in the Caribbean*”; Sylviane A. Diouf com “*Servants of Allah: African Muslims Enslaved in the Americas*”; Michael Gomez com “*Exchanging Our Country Marks: The Transformation of African Identities in the Colonial and Antebellum South*”; William S. Pollitzer com “*The Gullah People and their African Heritage*”.

⁵ Neste domínio sobressaem os trabalhos de Eric Williams que, pioneiramente, enfatizou o comércio de escravos como um dos motores da industrialização da Europa, ideia reforçada nos estudos de Darity e Bailey; Paul Gilroy com o “*The Black Atlantic: Modernity and Double Consciousness, e.t.c*”...

⁶ A este respeito, um bom exemplo é a discussão promovida por John Thornton com “*I Am the subject of the King of Congo*”: *African Political Ideology and the Haitian Revolution*,” in *Journal of World History*, 4:2 (1993): 181-213.

brasileiros, no contexto Atlântico, recuperou debates desenvolvidos por Paul Gilroy no tangente à participação dos africanos no processo de formação e transformação da cultura atlântica⁷.

DINÂMICAS POPULACIONAIS NO ATLÂNTICO MÉDIO

É importante realçar que quando, nos meados do século XV, europeus e africanos se estabeleceram no arquipélago de Cabo Verde, uns e outros já tinham um significativo arcabouço de conhecimento e experiências vividas tanto em práticas escravistas quanto em experiências diaspóricas, resultantes de intensas dinâmicas populacionais intra e intercontinentais.

Estudos sobre a África levados a cabo por pesquisadores como Ki-Zerbo (1972), M'Bokolo (2009) ou ainda dados constantes nos anais da História da África, de um modo geral, dão conta de fluxos de povos e culturas em África que evidenciam que, de fato, estes povos já tinham uma vasta experiência de diasporização quer em encontros com povos árabes e quer com povos asiáticos, em particular os chineses no Índico. O mesmo se pode dizer no tangente a práticas escravistas, a partir do que vem expresso em estudos realizados por autores como os atrás referenciados e outros que tiveram a África como objeto de estudo (Davidson (1981); Diop (1987); Tinhoão (1998); Iliefe (1999); Fage (2010); Hawthorne (2010); Green (2012), etc).

Se na costa e no interior do continente o encontro de povos adensava os intercâmbios culturais, no Atlântico Médio, entre os limites do cabo verde, no Senegal, e, na outra margem, no Arquipélago de Cabo Verde, na primeira metade do séc. XV, o silêncio e o enigma em torno de fluxos populacionais imperam. De modo que, eventuais intercâmbios de povos neste período, nesta região, estão ainda no limbo da história. Daí não se saber ao certo se, à chegada ao arquipélago, os portugueses encontraram ou não grupos humanos já estabelecidos, como apregoam, ou se o arquipélago já era do conhecimento de outros povos.

Certo é que os portugueses sempre reivindicaram o mérito de terem sido os primeiros a aportarem as ilhas de Cabo Verde, mesmo confrontados com indícios que sugerem que, quando chegaram, as ilhas já tinham sido visitadas por povos do interior do continente africano e, possivelmente, viajantes gregos e geógrafos árabes.

Estudos realizados por Cortesão (1931), Barcellos (1899, 1904, 1911, 1912), Almada (1994), André Donelha (1997) e outros estudiosos deixam a entender que, apesar de alguma

⁷ Ver, deste autor, o “*The English Professors of Brazil: On the diasporic roots of the Yoruba nation, “Comparative Studies in Society and History*, Harvard University, 1999, 72-103.

inconsistência dos dados por eles fornecidos, pode haver fundamentos para se afirmar que as ilhas tinham sido visitadas por alguns cartógrafos, já nos inícios do século XV.

Se no tangente a dinâmicas populacionais em Cabo Verde existe uma nebulosidade que impede posicionamentos firmes em relação a presenças humanas no arquipélago, fato inquestionável é a intensa circulação de povos entre a costa de África - a partir da região da Senegâmbia⁸ — e a Península Ibérica — entre a costa e Portugal, em particular. Tais dinâmicas estão bem evidenciadas em estudos realizados por Tinhorão (1998), Green (2012), Hawthorne (2010) e em relatos de viagens de navegadores portugueses e genoveses como Alvise da Cadamosto, Antonio da Noli e Diogo Afonso.

Tinhorão (1998), ao debruçar-se sobre as raízes da música brasileira, dá conta de uma dinâmica cultural que começa a emergir ainda antes do final da primeira metade do século XV, quando se intensificam fluxos de homens e mulheres entre a Península Ibérica e a Senegâmbia. Green (2012), num estudo que recobre o período de 1330 a 1589, revela os meandros do tráfico no atlântico, dando ênfase ao papel que as regiões da Alta Guiné e Cabo Verde tiveram na afirmação do tráfico atlântico de escravos e para o desabrochar de culturas e identidades forjadas em intensas peijas na diáspora. Hawthorne (2010), ao debruçar sobre processos em maturação na região da Alta Guiné, atual Guiné Bissau, busca estabelecer conexões entre esta região e o Maranhão, colaborando para uma melhor compreensão de processos desenvolvidos na diáspora, nomeadamente, as influências de grupos sociais deslocados desta região da África para as Américas no período que se estende de 1750 a 1830.

No entanto, este quadro de relações muda completamente de figura a partir da segunda metade do século XV, momento em que Cabo Verde entra em cena, sendo transformado em arena de enfrentamentos entre grupos sociais⁹ oriundos de distintas paragens, quando os processos relacionais relativos aos fenômenos da diáspora e escravização dos homens negros assumem contornos de uma descomunal brutalidade, sendo colocados em outras bases — predatórias e devastadoras de culturas africanas —, como explicitam estudos realizados por africanistas de várias paragens.

⁸ Região hoje integrada por países como Senegal, Gâmbia, Serra Leoa e Guiné Bissau.

⁹ Sobre os embates culturais despoletados neste período entre os diversos grupos sociais em presença, de um lado brancos — portugueses do continente e das ilhas da Madeira e dos Açores, genoveses, castelhanos — e, de outro lado, negros — Fulas, Mandingas, Bijagos, Banhuns, Manjacos, Pepeis, Balantas etc —, no decorrer da pesquisa serão desenvolvidos debates sobre os mais diversos processos subjacentes aos enfrentamentos que estão sendo enunciados no projecto (formação da sociedade e cultura cabo-verdianas; o despoletar do tráfico atlântico de escravizados; o dealbar da diáspora negra no período moderno, etc).

Tais estudos, ontem e hoje, desenvolvem análises que apontam caminhos para o entendimento de que existe uma diferença abissal entre práticas escravistas experimentadas por povos africanos — antes dos enfrentamentos entre brancos e negros, no arquipélago de Cabo Verde — e as práticas de escravização perpetradas pelos europeus, doravante com o deslocamento do campo de batalhas da costa para as ilhas e, um pouco mais tarde, para as Américas. Os europeus, em nome da fé e da civilização, começaram a pôr em prática a “arte” da desumanização do homem africano, que vigorou por mais de quatro séculos, com efeitos catastróficos para a África e para os seus habitantes¹⁰. Adensa, a partir deste período, a negação aos povos africanos — enredados em processos migratórios deflagrados no Atlântico — a possibilidade de uma participação irrestrita¹¹ na construção de um destino comum.

Ki-Zerbo (1972), com uma profusão de exemplos referentes ao *modus operandi* do homem branco, é bastante clarividente ao analisar às desajustadas relações sociais postas em prática neste período, denunciando, por um lado, os subterfúgios a que os europeus faziam recurso para conseguir os seus intentos.

Os métodos de ação eram muito simples. Propaganda psicológica, que faz crer aos Negros, por uma demonstração de forças ou de faustos, que se é o primeiro país da Europa, ou que desviam os outros negreiros das zonas da costa particularmente interessantes, contando fábulas terríveis a seu respeito. Havia também as viagens pagas à Europa. Foi assim que, depois de fazer chegar ao Rei de Ardres um saiote de cetim e chinelas escarlates, o Sieur Delbée organizou a viagem do seu embaixador Mateus Lopes até Paris. Foi recebido nas tulierias, onde Delbée leu em seu nome uma saudação a Luís XIV, na qual ele dava à França o monopólio das terras, dos portos e do comércio. Cumulado de atenções em Ramboulet, foi transportado num cortejo de sete coches para

¹⁰ Ki-Zerbo e M'Bokolo reúnem em obras atrás referenciadas vários exemplos que alavancam a ideia de que, efetivamente, as experiências escravistas praticadas por árabes e europeus em África situam-se em bases diferentes. Cf. Ki-Zerbo, (1972., p.p. 130,131; M'Bokolo, (2009., p. 226). Pesquisas mais recentes reforçam esta constatação, particularmente as desenvolvidas no Brasil, cujos historiadores produziram estudos que dão conta de enfrentamentos culturais entre os homens brancos e os homens negros - iniciados no arquipélago de Cabo Verde, que se espalharam pelas Américas. Entre estes estão estudos desenvolvidos por autores como Fragoso, Bicalho, Sohiet, Gouveia, etc, que - a partir do estudo de processos políticos como o estudo das elites - chegam a esses processos relacionais que põem frente a frente brancos e negros; ou Reis, Parés, Carvalho, Hernandez, etc, que enfatizando dimensões religiosas, políticas ou culturais destes procedimentos relacionais, também chegam aos tais enfrentamentos brancos versus negros, cujos inícios tiveram Cabo Verde como arena (Ki-Zerbo, Joseph, 1972; Mark, P., 1985; Barry, B., 1988; Tinhorão, 1998; Soares, 2005, 2006, 2007; Fragoso et al., 2001; Hernandez, 2002; Gouveia et al., 2004; Soheit et al., 2005; Heinz, 2006; Parés, 2006; Reis, 1986, 2008; M'Bokolo, E., 2009; Green, T., 2009, 2012).

¹¹ Participação irrestrita entendida, na perspectiva de Raymond Williams, por capacidade de decidir, com responsabilidade ativa e mútua colaboração, tendo por base uma igualdade social completa. (2002, p. 16).

assistir a um concerto de oboé e foi-lhe então oferecido (sem dúvida para lhe matar saudades) um divertimento com macacos. Foi acompanhado de volta à luz dos archotes... Quando a diplomacia não surtia, decidiam as armas. Foi assim que os Holandeses disputaram aos Portugueses os portos do Congo e de Angola e bombardearam as aldeias que ousavam comerciar com os Franceses na costa do Senegal (KI-ZERBO, *idem*, p. 269).

E, por outro lado, reconstruindo, com base em relatos de viajantes europeus, o tenebroso contexto que se estava a forjar a partir de então, em que se explicitam as estratégias de desumanização do africano.

Tais estratégias ganham evidências em um conjunto de circunstâncias. Por exemplo, as embarcações onde os negros eram colocados:

(...)Os navios que ostentam nomes-programas (...) estão munidos de um equipamento especial de ferros, de fixações, de correntes, de cobertas e de falsas cobertas para dominar e armazenar a carga humana com a menor perda de espaço possível; (KI-ZERBO, 1972., p. 270).

Outro exemplo é o tratamento a que o negro tinha que se sujeitar:

(...) Tudo se encontra minuciosamente previsto: as orações da manhã e da tarde, o preço dos pretos (...) Não se deve também esquecer de fazer os negros gargarejarem com sumo de limão ou com vinagre para evitar escorbuto, de esfregar as pequenas chagas com pedra de vitriolo (...) Os escravos (...) eram apinhados numa espécie de armazéns infectos: os barracões. (...) Estão de tal maneira comprimidos que nadam literalmente num lodaçal de sangue, de vômitos e de dejetos de toda a espécie (KI-ZERBO, 1972, p. 275);

Considere-se ainda a resposta, sempre contundente, a qualquer tentativa de resistência, como testemunha a passagem abaixo:

(...) Apesar de tudo, são muito frequentes as revoltas. São linchados membros da tripulação. Mas estas revoltas são afogadas em sangue, por vezes com rajadas de metralha. Os cabecilhas são executados ou afogados, ou ainda chicoteados até ao sangue em presença de todos (KI-ZERBO, 1972, p. 276).

Com isto, à chegada aos destinos, os africanos se viam arredados da história,

(...) despojados de tudo, de toda e qualquer possibilidade, e mesmo de sua língua. Porque o ventre do navio negreiro é o lugar e o momento em que as línguas africanas desaparecem, porque nunca se colocavam juntas no navio

negreiro, nem nas plantações, pessoas que falavam a mesma língua. O Ser se encontrava dessa maneira despojado de toda espécie de elementos de sua vida cotidiana, mas também, e sobretudo, de sua língua (GLISSANT, 2005, p. 19).

Assim foi se forjando, na modernidade, a diáspora africana que, inegavelmente, teve o arquipélago de Cabo Verde como pátria *mater*, nos primórdios dos descobrimentos portugueses.

Situado no entroncamento de três continentes — África, Europa e América —, banhado, em toda sua extensão, por esse enigmático Atlântico, fustigado pelos ventos secos que sopram do Saara, enformado por rochas e montanhas, com suas praias e cidades-porto, o Arquipélago de Cabo Verde transformou-se na incubadora do Atlântico Negro, com o deslocamento de rotas do Mediterrâneo em direção ao emergente Mundo Ocidental. Ao mesmo tempo em que ajudava a criar o Mundo Ocidental, acolhia e alimentava as raízes da diáspora negra.

Na contramão de experiências anteriores, vivenciadas nas ilhas mais a norte como Açores e Madeira, em região de clima temperado, em Cabo Verde os portugueses, por dificuldades de adaptação ao clima e por não encontrarem o tão almejado El-dorado — que povos europeus vinham procurando há vários séculos, El-dorado este que alimentou sonhos, mas também motivou guerras fratricidas entre povos europeus, levou ao perecimento de milhares de homens que se engajaram e embarcaram no projeto atlântico — não puderam levar à diante o projeto de gestão similar ao que tinham implementado nas ilhas do atlântico sob sua tutela.

Nessas regiões, particularmente na ilha da Madeira, Portugal pôde desenvolver o seu projeto de ocupação só com reinóis. D. João I deu início ao povoamento com a produção de um documento orientador, que definia os procedimentos como as terras deviam ser distribuídas, como aproveitar as águas, que deveriam pertencer a todos, etc.¹² O infante D. Henrique, responsável pela implementação do projeto português, mandou entregar aos povoadores, acompanhados de suas famílias e pessoas por eles recrutadas, cepas de videira, oriundas da ilha de Creta, que dariam origem ao trigo para plantarem e, provavelmente, mais tarde, canas-de-açúcar, levadas da ilha da Sicília. Os escudeiros da Casa do Infante foram com a função de cuidar dos seus territórios em nome do Infante, o senhor das novas ilhas, tendo sido assim, inicialmente, capitães do Donatário, que era o mesmo Infante (VIEIRA, 2001, p. 19-20).

Se na Madeira as condições ambientais se configuraram como fator favorável à concretude do projeto português - com a fixação de homens e espécies de clima temperado -, em Cabo Verde as diferenças climáticas exigiram exercícios a que homens e espécies de clima

¹² Para informações mais pormenorizadas sobre a história da Madeira ver Vieira, Alberto (coord.), História e Autonomia da Madeira, Madeira: 1ª ED., SRE, 2001.

temperado não estavam talhados, obstando a reprodução de práticas outrora implementadas por Portugal em outras regiões.

Entretanto, a sua localização estratégica possibilitou-lhe atuar, no dealbar dos descobrimentos portugueses em meados do século XV, como importante ponto de encontro de povos e culturas de diferentes latitudes, configurando-se em nó de ligação entre Europa, Áfricas e Américas, transformando-se em laboratório de experimentos vários, servindo de ponto de passagens entre o Velho e o Novo Mundo, entre os Atlânticos norte e sul, entre a costa ocidental da África, Nova Inglaterra, Caribe e Brasil, mesclando fronteiras e fundindo tradições.

Os hibridismos promovidos por Portugal, para desenvolver o seu projeto, que estão na base da diáspora negra, têm inícios por volta de 1462, quando os primeiros grupos humanos chegaram ao arquipélago, vindos da Europa — portugueses, açorianos, madeirenses, genoveses e castelhanos — e da costa ocidental da África, particularmente da região da Senegâmbia, constituindo os africanos desta região o maior contingente humano a participar no processo de povoamento das ilhas de Cabo Verde.

Este processo deu origem à fundação do primeiro núcleo populacional em Santiago, ilha de maior dimensão, cuja conjugação de fatores ambientais, a topografia e a diversidade de microclimas, favoreceu a fixação do homem.

Inicialmente, como atrás referenciamos, a política de povoamento projetada pelos portugueses preconizava a fixação de populações brancas nas ilhas, tal como sucedera nas suas possessões do Atlântico, Açores e Madeira. Entretanto, a insalubridade climática, a distância que separava o arquipélago do Reino e a baixa densidade demográfica que se registrava em Portugal inviabilizaram a fixação de um contingente maior de europeus em Cabo Verde, obrigando Portugal a um redimensionamento da sua política para Cabo Verde, fazendo deste uma âncora à navegação tanto nas descobertas como no comércio com a costa africana, bastando, para isso, assegurar o povoamento de uma ou outra ilha, resultando na ocupação das ilhas de Santiago e Fogo, na segunda metade do século XV.

O povoamento do arquipélago de Cabo Verde arrastou-se por um período de mais de quatro séculos e ainda na fase final do século XVIII algumas ilhas, nomeadamente as do Sal, S. Vicente e Santa Luzia eram consideradas desertas. Esta morosidade explica-se, por um lado, pela aridez de algumas ilhas, pela inexistência de grandes portos naturais e, por outro lado, por não haver, por parte da coroa portuguesa, um efetivo interesse em fazer grandes investimentos em Cabo Verde, como deixa entender a carta régia de 1472 (CARREIRA, 1983, p. 37).

Sintomático desse desinteresse é a revogação da decisão de conceder incentivos àqueles que aceitassem integrar o projeto de povoamento das ilhas, como explicita a carta régia de 1466. Falhada a tentativa de povoamento só com reinóis, Portugal virou-se para homens negros do continente africano, com forte presença de Jalofof, Balantas, Papéis, Bijagós, Felupes, que deram início ao processo de formação da diáspora negra, engendrada a partir de articulações derivadas do encontro de vários grupos étnico-culturais.

Deste processo, cavado em intensas disputas de culturas – das quais emergem indícios de subjugação e dominação do negro pelo branco, mas também a vitalidade de culturas africanas, que resistiram a situações adversas, perenizando suas Áfricas – brotam as raízes da diáspora negra, propulsoras de novas culturas, diferenciadas em suas múltiplas dimensões: das práticas alimentares às de saúde, da religião aos postulados éticos, estéticos e filosóficos.

Apesar de “despojados de toda espécie de elementos de sua vida cotidiana” (GLISSANT, 2005, p. 19), e em circunstâncias extremamente adversas, os grupos socioculturais desterrados da África reconstituíram, a partir dos pensamentos do rastro/resíduo¹³, línguas e manifestações artísticas que lhes permitiram redefinir campos de atuação e reinventarem formas de participação em realidades coloniais, viabilizando-lhes a preservação de matrizes de suas culturas como evidenciam práticas que enformam culturas africanas na diáspora. Mesmo face a tenazes exercícios de censuras, em que os colonizadores buscavam restringir os direitos culturais à mera possibilidade de informar-se, instruir-se ou expressar-se a partir de lugares sociais implicitamente postulados como fixos, ou de compartilhar um conjunto bem delimitado e universal de direitos,¹⁴ como suposto em realidades coloniais, emergiram diferentes manifestações culturais dos negros. Pela condição de escravizados, com costumes devastados, diferentes agentes conseguem incluir — mesmo que subterraneamente —, “o direito de constituir e reordenar diferenças, identidades e identificações: o direito a mudar, a rejeitar ou a reinventar tradições” (ARANTES, 2000, p. 132).

Cabo Verde é um bom exemplo de como esses grupos socioculturais conseguiram construir e demarcar seus espaços. Paradigmático é o caso da Tabanca, manifestação de cunho religioso que incorpora elementos culturais de diversas etnias. A Tabanca inclui, nas suas festividades, desfiles, rufar de tambores e tocar de cornetas, em festas de rua, estimulando a

¹³ O pensamento do rastro/resíduo, conforme Glissant, parece constituir uma dimensão nova daquilo que é necessário opormos, na situação atual do mundo, ao que chamo de pensamentos de sistema ou sistemas de pensamento (...). O pensamento do rastro/resíduo é aquele que se aplica, em nossos dias, da forma mais válida, à falsa universalidade dos pensamentos de sistema (2005., p. 20).

¹⁴ ARANTES, António, Paisagens Paulistanas: transformações do espaço público, São Paulo: Imprensa Oficial, 2000, p. 131.

aglomeração de multidões¹⁵, onde, segundo Félix Monteiro, as religiões africanas e católicas encontram-se num emaranhado sincretismo (MONTEIRO, 1958, p. 9-12). Além do seu carácter religioso, ela encerra, ainda, uma vertente profana — satirizando a realidade social — e filantrópica, funcionando como suporte aos associados em caso de doença ou de morte, na construção de casas e auxílio nos trabalhos de agricultura. Comporta ainda uma vertente sincrética que se manifesta pela transculturação de algumas divindades africanas a santos católicos — como São João, Santo Antônio etc. —, pela interpenetração de práticas religiosas católicas, como missas, procissões, ladainhas com certas práticas mágicas de ancestrais matrizes africanas.

As matrizes africanas nas comunidades diaspóricas evidenciam-se em todas as dimensões da vida. No caso de Cabo Verde, tais matrizes não ficam adstritas à Tabanca. Estendem-se a outras práticas culturais, nomeadamente:

- o batuque, ritual de celebração de casamentos, batismos e algumas festas religiosas, casos de Santo Antônio na ilha de Santiago, onde as mulheres sentam-se em círculo — no terreiro —, tendo uma ou duas pessoas no meio do círculo que ao som produzido pelo contato das mãos com a almofada, que se prende entre as coxas, compassado com o canto, vão balanceando as ancas. Começa num ritmo lento, aumentando vertiginosamente, provocando explosões de alegria. Normalmente tem uma puxadeira do canto que é coadjuvada pelo restante das mulheres que respondem em coro ao canto da puxadeira;

- práticas mágico-encantatórias do mundo;

- o cola-Sanjon, dança popular de grupo que se organiza no campo ao som de tambores e apitos, enquanto no interior das igrejas se celebra a missa de São João ou Santo Antônio”¹⁶.

Estas práticas — o batuque, a tabanca, o cola-sandjon etc — em Cabo Verde desnudam processos de filtração de culturas que dariam origem à diáspora negra, em que se tem uma simbiose de elementos culturais dos vários grupos sociais provenientes da costa africana e grupos sociais vindos de diferentes partes da Europa.

Dos exercícios coloniais, iniciados por Portugal em Cabo Verde e posteriormente experimentados por outros agentes em outras paragens, resultaram tensões culturais partilhadas por grupos socioculturais, que forjaram valores em sintonia com os contextos onde produziram e vivenciaram suas histórias e memórias: memórias “da persistência quase incurável da ferida

¹⁵ Para detalhes mais aprofundados sobre a Tabanca, ver Semedo e Turano, Cabo Verde: o ciclo ritual das festividades da Tabanca, Praia: Spleen edições, (sd.). Ver ainda Tavares, António em “O corpo nas danças de Cabo Verde”. *In dá fala*, Revista Cultural, nº 3, Praia, ago-out de 2005.

¹⁶ Grifo nosso. Andrade, Elisa, *As ilhas de Cabo Verde: da Descoberta à independência nacional (1460-1975)*, Paris: L’ Harmatan, 1996, p. 52.

colonial; memórias sem arquivo” (MIGNOLO, 2003, p. 198), ancoradas em corpos negros e narradas em blues, jazz e salsas; rumbas cubanas e congolezas; mambo, tango, samba.¹⁷

E em outros ritmos em trânsitos atlânticos, que recriaram Áfricas na diáspora, enquanto, em dinâmicas locais, multiplicaram línguas, tons e sons, mitigando dores de ontem e de hoje em migrações de cabo-verdianos no mundo global. Desde tempos imemoriais, o Arquipélago de Cabo Verde canaliza ventos do Sahara em direção ao Atlântico Sul. Carregadas de nutrientes africanos, essas massas de ar quente e húmido deságuam na Amazônia, com as chuvas de inverno fecundando matas brasileiras e alimentando povos e culturas que para lá convergiram. De saberes e heranças de toda ordem e grandeza, cultivados e armazenados por muitas gerações de habitantes destas florestas, mercadores europeus trazidos pelas “descobertas” extraíram drogas, látex, óleos, essências, madeiras, movimentando circuitos comerciais e culturais, sistemas industriais e financeiros, guerras e edificações que impulsionam a civilização ocidental cristã (ANTONACCI, 2009, p. IV).

Em síntese, podemos afirmar que concomitantemente à firmação dos alicerces da modernidade europeia, nas margens atlânticas, no arquipélago de Cabo Verde firmavam-se as raízes da diáspora africana. Cabo Verde desempenhou papel significativo no processo de diaporização da África ao servir de “*zona de contactos*, ‘espaço de encontros coloniais, onde pessoas geográfica e historicamente separadas entram em contato umas com as outras e estabelecem relações contínuas, geralmente associadas a circunstâncias de coerção, desigualdade radical e obstinada” (PRATT, 1999, p. 31)¹⁸.

Transformado em centro de adestramento e ambientação forçada de homens, plantas e animais recondicionados; técnicas de tratamento e de cultivo extraídas de africanos e transplantadas ao Novo Mundo, as ilhas de Cabo Verde contribuíram significativamente para o ato criatório da diáspora negra. Pois, pelas ilhas “tramitaram indícios primórdios de fronteiras simbólicas de poderes, confundindo ‘o que é histórico e cultural com o que é natural, biológico e genético (...), fixando esse significante [negro] fora da história, da mudança e da intervenção política” (ANTONACCI, 2009, p. IV).

¹⁷*Congo to Cuba*, New York, Putumayo World Music, 2002; *Les blues est né en Afrique* e *De Dakar a Cuba on danse la Rumba*. Frochet Music, cantos 2005; *Telling stories to the sea/Adventures in AFROPEA*, New York, Warner Bros, 1995.

¹⁸Expressão cunhada para dar conta de “espaços sociais onde culturas díspares se encontram, se chocam, se entrelaçam uma com a outra, freqüentemente em relações extremamente assimétricas de dominação e subordinação – como o colonialismo, o escravagismo, ou seus sucedâneos, ora praticados em todo o mundo.”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma radiografia à historiografia africana, como a que atrás fizemos, desvela um vácuo que precisa ser preenchido no fazer-se/refazer-se da história da diáspora negra. Adentrando esse vácuo, surpreendemos rastros de processos marcantes de histórias cruzadas de povos europeus e africanos, que pautaram enfrentamentos entre grupos sociais iniciados no arquipélago de Cabo Verde, perenizados em outras paragens. Entretanto, sobre esses enfrentamentos, nos anais da historiografia, imperam o silêncio e o descaso para com os grupos sociais que travaram fortes lutas no arquipélago de Cabo Verde. Esses silenciamento e descaso têm pautado a produção historiográfica relativa ao período iniciático da formação da diáspora africana na modernidade, e isso ajuda a explicar, de alguma forma, por que momentos marcantes dessa historicidade tenham talvez passado despercebidos a muitos estudiosos.

Nesta digressão pela historiografia que versa sobre a diáspora africana buscamos recuperar dimensões deste passado enfatizando os momentos que marcaram profundamente a construção do mundo ocidental. O resgate destas memórias põe em evidência o importante papel que o arquipélago de Cabo Verde desempenhou no processo de formação da diáspora africana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMADA, André Alvares de. (1994). *Tratado Breve dos Rios da Guiné de Cabo Verde*. Lisboa: Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

ANTONACCI, Maria Antonieta. (2009). Prefácio, in Moniz, Elias, *Africanidades versus europeísmos: pelejas culturais e educacionais em Cabo Verde*, Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.

ARANTES, António. (2000). *Paisagens Paulistanas: transformações do espaço público*, São Paulo: Imprensa Oficial.

BARCELLOS, Christiano José de Senna. (1912). *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*. Lisboa, História e Memórias de A.P.C., Ciências Morais, Políticas e Belas Artes, 1899 (Vol.I 1899; vol. II 1902; vol. III 1906; vol. IV 1910; vol. V 1911; vol.VI 1912; vol. VII.

BASTIDE, Roger. (1978). *The African Religions of Brazil*, trad. Helen Sebba. Baltimore: John Hopkins Press.

BECKWITH, Martha. (1929). *Black Roadways: a study of Jamaican folk life*. Chapel Hill: University of North Caroline Press.

BELTRÁN, Gonzalo Aguirre. (1946). *La población Negra de México. Estudio Etnohistórico*. México, Ediciones Fuentes Cultural.

- CARNEIRO, Edison. (1986). *Candomblés da Bahia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 7ª Ed.
- CARREIRA, António. (1983). *Cabo Verde: formação e extinção de uma sociedade escravocrata (1460-1878)*. Praia: ICL.
- CORTESÃO, Armando Zuzarte. (1931). Subsídios para a História do descobrimento da Guiné e Cabo Verde. Lisboa, Boletim da A.G.C. ano 7º nº 76.
- CURTIN, Philip D. *The Atlantic Slave Trade: a Census*. (1969). Madison: University of Wisconsin Press.
- _____. (1990). *The Rise and Fall of the Plantation Complex: Essays in Atlantic History*. New York: Cambridge University Press.
- DAVIDSON, Basil. (1981). À descoberta do passado de África. Lisboa, Sá da Costa Editora.
- DEREN, Maya. (1970). *Divine Horsemen the living Gods of Haiti*. New York. McPherson & Co.
- DIOP, Cheikh Anta. (1987). *Precolonial Black Africa: a comparative study of the political and social systems of Europe and Black Africa, from antiquity to the formation of Modern States*. Westport, Connecticut, Lawrence Hill and Company.
- DONELHA, André. (1997). *Descrição da Serra Leoa e dos Rios da Guiné do Cabo Verde*. Lisboa: Junta de Investigações Científicas do Ultramar.
- DU BOIS, W.E.B. (1935). *Será que o negro precisa de escolas separadas?* The Journal of Negro Education, 4, 328-335.
- ELTIS, David et al (1999), *The Trans-Atlantic Slave Trade: A Database on CD-Rom Set and Guidebook* (New York: Cambridge University Press, 1999).
- FAGE, John. (2010). *História da África*. Lisboa, Edições 70.
- GILROY, Paul. (2001). *O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência*. São Paulo: Editora 34; Rio de Janeiro: UCAM, Centro de Estudos Afro-Asiáticos.
- GLISSANT, Eduard. (2005). *Introdução a uma poética da diversidade*, Juiz de Fora: Editora UFJF.
- GOMEZ, Michael. (1998). *Exchanging our country marks: the transformation of african identities in the colonial and antebellum south*. Chapel Hill: University of North Carolina Press.
- GREEN, Toby. (2009). *Building Creole identity in the African Atlantic. Boundaries of Race and Religion in 17th-Century Cabo Verde*. *History in Africa*. 36, 103-125.
- HALL, Stuart. (2003). *Pensando a Diáspora: reflexões sobre a terra no exterior*. In. *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. Org. Liv Sovik. Belo Horizonte: Editora UFMG, Brasília: Representação da UNESCO no Brasil.
- HAWTHORNE, Walter. (2010). *From Africa to Brazil: culture, identity, and an Atlantic slave trade, 1600-1830*. Nova Iorque: Cambridge University Press.
- HERSKOVITS, Melville. (1937). *Life in a Haitian Valley*. New York.
- ILIEFE, John. (1999). *Os africanos: história de um continente*. Lisboa, Ed. Terramar.
- KI-ZERBO, Joseph. (1972). *História da África Negra I*. Paris, Haitier.
- LOVEJOY, Paul (1983). *Transformações na escravidão. A história da escravidão na África*. Cambridge.

- M'BOKOLO, Elikia. (2009). *África Negra: história e civilizações*. Salvador, EDUFBA/Casa das Áfricas.
- MATORY, J. Lorand. (1999). "The English Professors of Brazil: On the diasporic roots of the Yoruba nation," *Comparative Studies in Society and History*, Harvard University, 72-103.
- MIGNOLO, Walter (2003). *Histórias locais/projectos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento limiar*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- MONTEIRO, Felix. "Bandeiras da ilha do Fogo: o senhor e o escravo divertem-se. In *Clareza*, nº 8, 1958.
- ORTIZ, Fernando. (1973). *Los Negros Brujos: La Hampa Afro-Cubano*. Miami: Ediciones Universal.
- PRATT, Mary Louise. (1999). *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru, EDUSC.
- PRICE-MARS, Jean. (1938). "*Ainsi Parle l'Oncle*". Port-au-Prince: Imprimerie de Compiègne.
- QUERINO, Manuel. (1988). *Costumes africanos no Brasil*. Recife: Editora Massangano, 2ª Ed.
- RAMOS, Arthur. (1940). *O negro brasileiro*. Rio de Janeiro: 2ª Ed.
- RODRIGUES, Nina. (1945). *Os africanos no Brasil*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 3ª Ed.
- TINHORÃO, José Ramos. (2007). *O Rasga: uma dança negro-portuguesa*. Lisboa, Editorial Caminho.
- TURNER, Lorenzo. (1973). "*Africanisms in the Gullah Dialect*". Chicago: University of Chicago Press.
- VIEIRA, Alberto (coord.), *História e Autonomia da Madeira*, Madeira: 1ª ED., SRE, 2001.
- WOODSON, Carter. (1945). "*The Negro in our history*". Washington DC: The Associated Press, 8ª Ed.

Elias Alfama Vaz Moniz

Doutor em História Social, presidente do Instituto de Pesquisa e Estudos Para o Desenvolvimento (Iped).